



DIRETRIZES PARA O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: UM GUIA PRÁTICO PARA PESQUISADORES

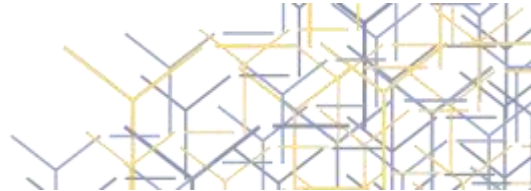
Denise Claudete Bezerra de Oliveira¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2066-5443>

E-mail: deniserattes@gmail.com



¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Cruz das Almas, BA, Brasil.



A obra *Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores*, de Rafael Cardoso Sampaio², Marcelo Sabbatini³ e Ricardo Limongi⁴, representa uma significativa contribuição para o debate público sobre os impactos da Inteligência Artificial Generativa (IAG) no campo da pesquisa científica. Mais do que a proposição de orientações éticas para pesquisadores, o livro apresenta-se como um convite à investigação e ao debate sobre o uso da IAG no ensino, na pesquisa e na extensão, princípios indissociáveis que regem a existência das práticas da acadêmicas.

O prefácio, escrito por Ricardo Fabrino Mendonça⁵, situa a obra em um cenário marcado pela evolução das tecnologias digitais e pelo avanço da Inteligência Artificial Generativa (IAG), que vem provocando questionamentos importantes sobre inovação tecnológica, integridade acadêmica e responsabilidade social. Nesta seção, evidencia-se que a obra não é proposta como um manual, mas como convite aberto para uma reflexão coletiva sobre o uso ético e responsável da IAG nas instituições acadêmicas e, sobretudo, nas atividades de pesquisa.

Na seção *Apresentação*, os autores destacam os objetivos da obra: apresentar os princípios gerais da ética e da responsabilidade na pesquisa acadêmica com uso da IA, como autoria humana, plágio, originalidade, Letramento em IA etc.; oferecer diretrizes práticas para o uso de IAG na pesquisa, destacando os cuidados necessários quanto a esse uso; e desmistificar o entusiasmo exagerado em relação ao uso da IAG. Para alcançar esses objetivos, os autores estruturam a obra nas seguintes seções: 1. Introdução; 2. Princípios gerais; 3. Princípios práticos; e 4. Considerações finais.

A seção *Preâmbulo* orienta o leitor para as questões que serão discutidas na obra, cumprindo uma função didático-problematizadora ao evidenciar, por meio de exemplos concretos, situações-problemas que o uso acrítico da IAG pode gerar nas produções acadêmicas, como: inconsistências na indicação das fontes de pesquisa, reveladas como indício de textos gerados por IA e não produzidos por humanos; pareceres enviesados produzidos por pareceristas não humanos; uso de imagens incoerente geradas por IAG; vazamento de dados; inconsistência teórica e conceitual; plágio e o uso não declarado das ferramentas de IA.

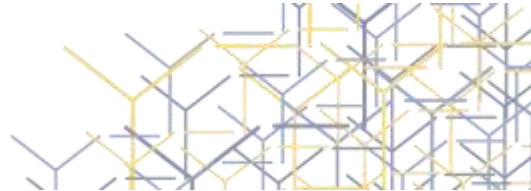
O funcionamento dos LLMs (grandes modelos de linguagem), seus fundamentos técnicos, limitações epistemológicas e riscos relativos à geração de viés algoritmo e alucinações, bem como problemas relacionados à opacidade dos dados, são explicados de forma clara e direta na seção *Introdução*. Neste ponto da obra, vale destacar a capacidade dos autores de explicitar conceitos complexos, colaborado para

² Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT Participa).

³ Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica – EDUMATEC-UFPE e membro do Grupo de Estudos em Novas Tecnologias de Educação (GENTE).

⁴ Professor Associado na Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Administração na UFG.

⁵ Presidente da Comissão Permanente de Inteligência Artificial da Universidade Federal de Minas Gerais.



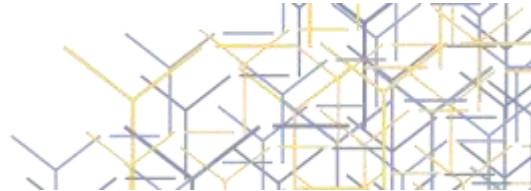
a inteligibilidade do texto para os leitores que não são especializados na área da computação. No entanto, percebe-se que a sua abordagem se ancora em uma concepção instrumental da tecnologia, propondo o uso da IAG como ferramenta de apoio. Concepção explicitada no excerto a seguir:

Aplicada ao nosso contexto acadêmico, ferramentas de inteligência artificial são aquelas que ajudam o pesquisador a realizar diferentes partes da pesquisa científica, ou ainda, instrumentos de apoio para facilitar ou acelerar certos trabalhos, emulando a função de assistentes de pesquisa (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024, p. 13).

A seção *Princípios Gerais* se constitui como núcleo normativo da obra. Compreensão das ferramentas de IAG quanto aos termos de serviço, políticas de privacidade, segurança; autoria humana; transparência; integridade da pesquisa acadêmica; plágio, originalidade e direitos autorais; preservação da agência humana; uso eticamente orientado; e Letramento em IA para pesquisadores destacam-se como os princípios gerais para o uso ético da IAG abordados nessa seção. A articulação consistente entre ética da pesquisa, os marcos legais – como a Lei Geral de Proteção de Dados – e as práticas acadêmicas cotidianas, constitui-se com a principal contribuição dessa seção. Ressalta-se que a efetividade desses princípios não depende exclusivamente da atuação do pesquisador, a autorregulação institucional também contribui para a sua efetivação, principalmente, ao encorajar a cultura da transparência e da responsabilidade no meio acadêmico. Talvez, pelas limitações de tempo e espaço da elaboração da obra, esse aspecto não tenha sido problematizado de forma mais crítica nessa seção.

Já a seção *Princípios práticos* confere um caráter operacional à obra. Nela, os autores discutem os usos aceitáveis e os limites éticos da IAG, apresentando orientações objetivas para atividades de exploração inicial de ideias, de busca de materiais acadêmicos, leitura e resumo desses materiais, da escrita, da análise e apresentação dos resultados e de atividades que envolvem programação, transcrição, tradução e a geração de pareceres e avaliações. Essas orientações ampliam o potencial formativo da obra e são fortalecidas pelos autores ao destacarem os cuidados que o pesquisador deve ter ao utilizar a IAG em cada um desses passos da pesquisa, como a privacidade dos dados dos participantes, a prática antiética do ‘copiar’ e ‘colar’, a verificação das fontes recomendadas etc. Além de destacar possibilidades de uso da IAG na utilização de recursos multimodais na pesquisa, como vídeos e *podcasts*, essa seção se destaca por salientar que ela não substitui o julgamento crítico nem a expertise do pesquisador.

Outro ponto que fortalece a proposta da obra refere-se à autoria e à declaração de uso da IAG. Os autores chamam a atenção para o relativo potencial dos detectores de IAG e para a falta de consenso editorial sobre a autoria de textos escritos com a mediação de sistemas de Inteligência Artificial Generativa. Para superar os desafios que o uso desse recurso pode gerar, ao avaliar se as produções acadêmicas foram ou não produzidas por IAG, eles defendem que “as instituições de pesquisa e ensino devem



amparar técnica e legalmente os professores para fazer essa detecção” (Sampaio; Sabbatini; Limongi; p. 42). A defesa dos autores pela transparência na pesquisa ao explicitarem, na declaração de uso da IAG (p. 48), as ferramentas que os auxiliaram na elaboração da obra, aspecto que confere honestidade intelectual ao texto.

Em *(Algumas) Considerações Finais*, os autores destacam que o avanço acelerado dos sistemas de IAG impõe a necessidade das instituições se unirem e, coletivamente, construírem respostas éticas e contextualizadas para se evitar o uso indiscriminado desses sistemas e, também, as punições simplistas. Reforçando a proposição de que as orientações apresentadas devem ser compreendidas como um marco orientador provisório, os autores retomam a defesa da transparência como valor estruturante da pesquisa por ser condição basilar para a manutenção da confiança pública e da legitimidade do conhecimento científico.

Os apêndices reforçam o caráter didático da obra, oferecendo exemplos de *prompts*, sínteses de recomendações e orientações práticas. Esses materiais favorecem a sua utilização em contextos de formação de pesquisadores e programas de pós-graduação. Reconhecendo-se o público-alvo específico da obra – os pesquisadores, o que poderia ser concebido como lacuna da obra – a oferta de orientações para contextos educacionais não universitários, como a produção de materiais didáticos e a formação inicial de professores, áreas nas quais a IAG também suscita desafios éticos relevantes – pode servir de estímulo para os autores para a elaboração de novas diretrizes.

Ao longo dessas seções, os autores discutem conceitos como autoria humana, transparência, integridade e responsabilidade acadêmica, articulando-os como condições epistemológicas para a produção de conhecimento científico legítimo, evidenciando que os desafios éticos associados à IAG vão além das questões técnicas ou procedimentais, incidindo diretamente sobre as bases epistemológicas da pesquisa científica. A ênfase na transparência e na declaração do uso da IAG reafirma a centralidade da responsabilidade humana na produção do conhecimento e confere pertinência às orientações oferecidas pelos autores. Do mesmo modo, a abordagem sobre o letramento em IA é um diferencial da obra pois, desloca o debate de uma perspectiva normativa punitiva para uma formação crítica do pesquisador capaz de identificar vieses, limitações e alucinações da IAG e de assumir uma postura ancorada na transparência e na responsabilidade científica.

A obra *Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores* é um referencial significativo para a consolidação de uma cultura de uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa na pesquisa científica brasileira. A obra se qualifica, principalmente, pelo equilíbrio entre a fundamentação teórica, a clareza conceitual e as orientações práticas. Trata-se, portanto, de leitura recomendada para pesquisadores, editores e gestores interessados em compreender e enfrentar os desafios éticos impostos pela Inteligência Artificial Generativa na produção acadêmica.



REFERÊNCIAS

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. **Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa**: um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2024.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara que não há conflito de interesse com a Resenha da obra "Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores".

Revisado pela autora